

Apêndice

Fábio Wanderley Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, FW. Apêndice. In: *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, pp. 147-169. ISBN: 978-85-7982-028-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APÊNDICE

O “Econômico”, o “Institucional” e o “Político” na Literatura Brasileira Recente

Este apêndice visa a permitir uma avaliação da acuidade da perspectiva proposta na discussão anterior, com os diversos elementos que aí se mesclam, através do rápido exame crítico de alguns trabalhos brasileiros recentes no campo da ciência política. Tomarei especificamente os seguintes textos: Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1976); Olavo Brasil de Lima Júnior, *The Brazilian Multi-Party System. A Case for Contextual Rationality* (tese de doutorado, Universidade de Michigan, 1980); e Wanderley Guilherme dos Santos, *The Calculus of Conflict: Impasse in Brazilian Politics and the Crisis of 1964* (tese de doutorado, Universidade de Stanford, 1979). Tais trabalhos têm em comum alguns traços que os tornam especialmente pertinentes.

Em primeiro lugar, todos têm sua motivação mais ou menos direta em procurar esclarecer o que se pode chamar o problema político-institucional brasileiro tal como se apresentava sob o regime de 1964, dirigindo-se a seus antecedentes e origens e, em um dos casos, explorando aspectos de sua dinâmica. Em segundo lugar, todos eles privilegiam o plano institucional como fator *explicativo* na análise dos problemas de que se ocupam, e em todos eles esse privilégio concedido ao plano institucional é posto em termos de se dar a ênfase apropriada aos fatores ou variáveis *políticos* na explicação da história brasileira recente, por contraposição à dimensão estrutural, aos processos sociais, socioeconômicos, sócio-psicológicos ou ideológicos etc. Parte da contribuição que cada um deles pretende estar trazendo (com maiores ou menores qualificações ou reservas relativamente à articulação dos diferentes planos que se podem assim distinguir) tem a ver precisamente com a proposta de uma postura metodológica que se apresenta como alternativa um tanto especial pela ênfase dada ao “político”. Finalmente, dois dos três trabalhos, os de Wanderley Guilherme dos Santos e Olavo Brasil de Lima Júnior, têm como característica saliente o fato de se procurarem valer do instrumental analítico próprio da perspectiva da *public choice*. Os trabalhos considerados apresentam, assim, pontos de contato bastante nítidos com a proposta contida na análise anterior.

Isso torna ocioso destacar que minha avaliação básica do que tais trabalhos *procuram* fazer é positiva. Assim, vejo com olhos favoráveis a preocupação de superar o economicismo mecânico e estreito que marca muito dos estudos dedicados à temática política brasileira e latino-americana, e acho legítimo e oportuno, em conexão com isto, o esforço no sentido de esclarecer adequadamente as relações entre diversos aspectos em princípio relevantes daquela temática. Contudo, apesar do que obviamente contém de positivo tal esforço quando colocado nesses termos, os textos mencionados ilustram também algumas dificuldades importantes. Basicamente, tais dificuldades derivam de que os trabalhos em questão tomam por evidente aquilo de que se trata quando se fala do “político” em contraste com qualquer outra dimensão (“econômica”, “sociológica”) vista como “de base”. Acabam, assim, por compartilhar com as abordagens economicistas ou “sociologizantes” que buscam criticar uma certa forma de estruturar o campo analítico na qual o político é tomado simplesmente como equivalendo ao institucional – e o desafio se torna o de dar a “devida ênfase” ao político (institucional), mostrar como o plano institucional pode ser por si mesmo determinante ou como pode bastar para a explicação de certos fenômenos etc.

Com isso se associam muitas confusões que procurarei mostrar, em seguida, mediante o procedimento de tomar os problemas à medida que surjam de uma referência direta aos textos. O que se disse acima deixa claro, creio, que a crítica dirigida aos trabalhos a serem examinados é também uma crítica aos supostos antagonistas de seus autores quanto à questão do papel do político. Lateralmente, a discussão a seguir oferecerá ainda a oportunidade de apontar, a propósito de um dos textos, alguns resultados negativos da leitura deficiente de certos aspectos básicos da perspectiva da *public choice*. No conjunto, os comentários abaixo permitirão ilustrar e aclarar, por referência a problemas “concretos”, diversas categorias analíticas e proposições que foram objeto de exame em abstrato nos capítulos precedentes. Como se trata de apenas três trabalhos, evitarei sobrecarregar o leitor com notas de rodapé, indicando no próprio texto as páginas onde ocorrem enunciados discutidos.

* * *

Tomando em primeiro lugar o livro de Maria do Carmo Campello de Souza, gostaria de principiar assinalando minha concordância com muitos

dos aspectos fatuais da discussão nele contida, incluindo certas proposições básicas relacionadas à dinâmica dos partidos e aos indícios de realinhamento e eventual fortalecimento do sistema partidário entre 1945 e 1964. Creio mesmo ser possível estender isso no sentido de ver o que se passa naquele período como gradual, embora limitada, afirmação da “sociedade” perante o estado – naturalmente no sentido da afirmação de certos setores ou estratos previamente marginais ao processo político. Tratar-se-ia, por outras palavras, de aspectos de um processo complexo que poderia ser designado, como propôs Celso Furtado, como a “dialética do populismo”, através da qual se dá a autonomização de determinadas categorias sociais a partir precisamente de iniciativas manipuladoras e “domesticadoras” por parte do estado – de um estado em princípio sensível sobretudo a certos interesses. Estudos como o de Kenneth Erickson, *Labor in the Political Process in Brazil*, tendem a corroborar essa visão com dados relativos ao movimento sindical no final do período em questão, apesar da leitura algo surpreendente que faz o próprio Erickson desses dados.¹ Por outro lado, o trabalho de Campello de Souza é grandemente esclarecedor com respeito a diversas questões específicas de relevância nesse contexto: mencionemos o Artigo 58 da Constituição de 1946 e seu significado, os fatores e interesses envolvidos em sua aprovação na Constituinte; a revisão de teses correntes a respeito de um Legislativo supostamente “agrário” e retrógrado e um Executivo “urbano” e progressista; e a discussão a respeito de análises sobre o significado de certos aspectos do processo eleitoral no período pós-64.

Mas o objetivo fundamental que o livro se propõe é antes o de prover um marco interpretativo mais adequado que o que em geral se encontraria nas análises anteriores, e não tanto o de propiciar novos dados empíricos ou esclarecer questões específicas – e aí, parece-me, ocorrem dificuldades importantes. Um aspecto é a dificuldade de se apreender mesmo o que tem de específico ou peculiar o enfoque analítico proposto, por contraste com as “análises correntes”, como as denomina a autora.

¹ Kenneth Paul Erickson, *Labor in the Political Process in Brazil: Corporatism in a Modernizing Nation* (tese de doutorado, Columbia University, 1970). O que tem de surpreendente a leitura de Erickson é que, apesar de seus dados mostrarem a autonomização de que se fala no texto, sua própria interpretação reitera uma visão “essencialista” do processo político brasileiro em termos de sua “natureza” corporativista.

Dois aspectos ou dimensões básicas são destacados, embora tenham formulações levemente diferentes em passagens diversas. (a) A primeira dimensão é a que se designa pela expressão “correlação partido-classe” (pp.48 e seguintes) ou “força eleitoral” dos partidos (p.58), tendo a ver, em geral, com a articulação entre partidos e bases sociais e ligando-se (apesar de Campello de Souza pretender distinguir aqui níveis de análise diferentes) a problemas como o da mobilização social e o da extensão do sufrágio. (b) A segunda dimensão refere-se à “institucionalização do sistema partidário” (pp.48-9) e à “força institucional” dos partidos (p.58), definida como “a medida em que o *policy-making* governamental, em seu conjunto, acha-se controlado ou sujeito à influência de organizações partidárias”, ou como “a disponibilidade de quadros capazes de formular alternativas viáveis e eventualmente de organizar o governo”. É perceptível a correspondência entre os termos dessa distinção e os do velho debate sobre as relações entre sociedade e estado. Como se disse, Campello de Souza dá ênfase à dimensão *b* no estudo do período da vida política brasileira de que se ocupa, vendo aí os “problemas cruciais” dele (p.59). Mas expõe-se a algumas objeções importantes do ponto de vista de sua proposta central.

1. Em primeiro lugar, seu argumento contém claramente certo elemento de tautologia. Se se toma, por exemplo, o enunciado que fecha o capítulo dedicado à discussão das perspectivas teóricas para o estudo do sistema partidário (capítulo II), enunciado este que de certa forma sintetiza a postura metodológica proposta por Campello de Souza, vê-se que ele recomenda que “o próprio padrão de interação entre as organizações partidárias, e delas em conjunto com os setores burocráticos e militares do estado, seja considerado como uma dimensão *determinante* das possibilidades de institucionalização” (p.59; grifo de FWR). Ora, as relações tomadas aqui como determinantes da institucionalização do sistema partidário fazem parte, como se viu há pouco, da própria *definição* dessa institucionalização. Daí não pode senão derivar-se a afirmação empírica que faz a autora em seguida relativamente ao período (a de que “os problemas cruciais... situam-se ao nível da força institucional, ou da capacidade governativa dos partidos”). Mas prejudga-se, claramente, o papel dos fatores correspondentes às duas dimensões distinguidas, sem que isso ajude a garantir a validade da proposição empírica como tal.

2. Em segundo lugar, o conceito mesmo de institucionalização do sistema partidário adotado é claramente inadequado, envolvendo o desconhecimento ou a minimização do papel dos fatores correspondentes à dimensão *a* na conformação dos próprios fatores destacados na definição dada de institucionalização partidária. O que o problema contém de escorregadio se revela pelo fato de que a autora mesma recorre, a propósito da ideia de institucionalização, à noção de “incorporação” formulada por Arthur Stinchcombe, na qual, como sugere o próprio termo, o aspecto de eficácia governativa ou de poder é explicitamente combinado ao de mobilização e participação do eleitor (ver p.57). Parece fora de dúvida que a força institucional dos partidos, no sentido de Campello de Souza, depende decisivamente de sua força eleitoral e capacidade de mobilização, a menos que se trate de um jogo político tão oligárquico a ponto de tornar sem sentido a pretensão de descrever por meio da noção de “institucionalização” a eficácia que um partido possa apresentar mesmo ao nível de *policy-making*. E note-se que o que proponho aqui não é a ideia de uma relação de causalidade, ou sequer de correlação empírica, entre as duas dimensões ou aspectos. Trata-se antes de que o interesse da própria noção de institucionalização, tomada em si mesma, decorre de apreender ela a *tensão* entre esses dois aspectos e a questão do eventual êxito de uma sociedade dada na solução do problema posto por essa tensão – ou seja, na conciliação, através de procedimentos e regras estáveis, flexíveis e dinâmicas, dos problemas de mobilização/participação e de eficácia. Na linguagem utilizada no capítulo anterior, o problema próprio do nível das instituições políticas é o de dar tradução adequada e eficaz (com o jogo que aí se desenvolve entre os planos “operacional” e “constitucional”) aos interesses em conflito que emergem no nível da “base social”. Em torno disso, de resto, reside o núcleo válido e importante de algumas análises que mais têm destacado, a propósito de temas afins aos de que aqui se trata, a ideia de institucionalização: relativamente às análises de Huntington em *Political Order in Changing Societies*, por exemplo, um dos reparos que se pede fazer é o de que, salientando fortemente a multiplicidade de aspectos envolvidos no processo de institucionalização (os aspectos de adaptabilidade, autonomia, complexidade e coerência das instituições políticas, que podem, especialmente os dois primeiros, ser postos em correspondência com as duas dimensões destacadas por Campello de Souza), não se mostra suficientemente sensível ao que há de contraditório e

tenso nas relações entre os requisitos relativos a cada um dos diferentes aspectos.²

3. O que é provavelmente o cerne do problema abordado nestes comentários transparece na avaliação de algumas observações formuladas por Campello de Souza sobre o problema da “autonomia da esfera política”, observações que se dirigem às principais teses sobre a crise institucional do período de 1945 a 1964. A autora critica os modelos interpretativos correntes (ligados por ela a nomes como os de Orlando de Carvalho, Gláucio Soares, Celso Furtado e Hélio Jaguaribe) em termos de que a percepção de uma situação de crise que seria deflagrada “quase automaticamente” (pelo declínio da força eleitoral dos grandes partidos conservadores em função da mudança socioeconômica e pela alteração na correlação de forças políticas) envolveria ambiguidade quanto à autonomia da esfera política, postulando-a (“um mecanismo eleitoral formalmente democrático... funciona a longo prazo como corretivo político à estrutura de classes”) e diluindo-a ao mesmo tempo (ao tomar a mudança na correlação de forças como sinônimo de crise institucional, caindo assim no “economicismo puro” – p.142).

Cabe notar que a crítica, por sua vez, especialmente em sua afirmação de que os modelos criticados “diluem” a autonomia da esfera política, absolutiza essa autonomia – se tomamos por um momento a questão nos próprios termos em que a autora a coloca. Pois como pensar em alteração na correlação de forças que não engendre crise, especialmente se tal alteração é concebida como o resultado da incorporação de novos e importantes focos de interesses produzidos pela mudança socioeconômica, e se se tem em conta que essa incorporação se dá, como a análise contida no próprio livro pretende demonstrar, diante de um quadro institucional que preservava as características oligárquicas e elitistas de períodos anteriores? Transformações como essas só se poderiam pensar sem a ocorrência de crise institucional se se pudesse conceber o marco institucional como sendo, para dizê-lo de maneira redundante, altamente institucionalizado (no sentido de flexível, sensível e aberto a qualquer foco emergente de interesses). Mas o que tal solução teria de paradoxal é evidente: por um lado, adotá-la seria supor que se pode atingir institucionalização nesse

².Ver Huntington, *Political Order in Changing Societies*, cap.I.

sentido independentemente das forças sociais efetivas, que a institucionalização se dá no vazio; por outro lado, que restaria do caráter oligárquico e elitista que Campello de Souza destaca?

Mais precisamente, o que transparece nos enunciados de Campello de Souza a este respeito é total falta de clareza no entendimento do significado do plano das instituições políticas em suas relações com a base social dos conflitos – e conseqüente confusão quanto à questão da “autonomia do político”, com respeito à qual se mesclam alguns dos diversos sentidos que procurei distinguir anteriormente. Assim, se as instituições políticas são vistas como a esfera em que, por definição, se traduzem os conflitos que surgem na base social – e que *não são em si mesmo menos políticos* –, tomar a mudança na correlação de forças na base como devendo acarretar crise institucional *não* é cair em economicismo. Reciprocamente, a vigência de um mecanismo eleitoral “formalmente” democrático, *na medida em que seja efetiva e real*, significa precisamente que as mudanças na correlação de forças na base social (no plano da estrutura de classes, para tomar o aspecto que a autora considera aqui) contam com um mecanismo institucional para se manifestarem e terem conseqüências. E isso não tem por que ser tomado como equivalendo *analiticamente* a postular a autonomia da esfera institucional em termos de relações causais: restaria explicar, naturalmente, as razões “sociais” da mudança na correlação de forças e sua articulação com a possibilidade ou o fato de continuarem em vigência certos mecanismos eleitorais – vigência que se traduz, na situação dada, numa “presença” reconhecidamente “corretiva” de agências ou aspectos do aparelho do estado.

4. Finalmente, o que tem de problemático o enfoque proposto por Campello de Souza torna-se patente quando nos voltamos para suas conclusões. Assim, se tomamos a seção de “Conclusões” do capítulo VI, que constitui a quase totalidade da terceira parte do livro, dedicada à “Evolução e Crise do Sistema Partidário”, vemos que as proposições que aí aparecem consistem numa apresentação balanceada e matizada da *articulação* entre processos que correspondem bastante claramente às duas dimensões inicialmente distinguidas – apresentação esta com a qual eu próprio estou de acordo. Do ponto de vista da questão teórico-metodológica envolvida na postura por proposta pela autora como adequada para o exame dos problemas empíricos a que se dedica, porém, o que tais conclusões têm

de significativo é que ela julgue necessário acompanhá-las de qualificações como a seguinte: “Sem negar o enorme peso inibidor, para um sistema de partidos, representado pela centralização estatal e pela ideologia dos anos trinta – negação que não teria qualquer sentido, visto que foi este, precisamente, nosso ponto de partida teórico – procuramos mostrar, não obstante, a impossibilidade de ver a crise do regime de 1946 como mero desdobramento automático de virtualidades anteriores” (p.167). Ora, cabe perguntar, para que o ponto de partida teórico, então? Por certo, é ótimo que Campello de Souza se dê conta de que as determinações que operam no processo são complexas e não se prestam a interpretações simplistas (ou mecanicistas, para não omitir a alusão a este aspecto contida na citação). Mas o desafio analítico que isso coloca é precisamente o de apreender com a acuidade necessária as relações entre o institucional e o restante. Na medida em que houvesse razões para privilegiar os aspectos de poder (no sentido de eficácia em condicionar o *policy-making*, em contraste com os aspectos de mobilização e força eleitoral), como se pretende com o ponto de partida teórico adotado, seria necessário pelo menos que as constatações autorizassem formular ao contrário a qualificação acima: “sem negar o peso da ‘sociedade’ (das bases, da mobilização, da força eleitoral), procuramos mostrar, *de acordo* com nosso ponto de partida teórico, a importância de ver a crise do regime de 46 como o desdobramento de virtualidades contidas na centralização estatal, na força (ou fraqueza, antes) que os partidos revelavam em condicionar o *policy-making* governamental...”.

* * *

Passando à tese de Olavo Brasil de Lima Júnior, destaque-se inicialmente, como no caso de Campello de Souza, a contribuição efetiva que o trabalho representa. Assim, um volume apreciável de dados é apresentado e manipulado, e a análise empreendida de tais dados sustenta de maneira bastante persuasiva certas proposições que introduzem matizes em hipóteses mais ou menos correntes relativamente a diversos aspectos da atuação do sistema partidário no período 1945/64. Mostra-se, por exemplo, para usar os termos de uma formulação sintética do próprio autor, que “o processo de formação de alianças produzia resultados eleitorais variados dependendo do nível da competição” (federal ou estadual); que “a hipótese do declínio dos partidos conservadores não é igualmente verdadeira nos níveis federal e estadual”; e que “o impacto da legislação eleitoral não era o

mesmo nos níveis federal e estadual de competição” (p.21). Quanto a todos esses aspectos, bem como no que se refere à tentativa de como que sintetizar as observações pertinentes numa reavaliação da propriedade de se falar de um sistema partidário singular relativamente àquele período da vida brasileira e de propor uma classificação alternativa de diferentes subsistemas partidários que coexistiriam, a tese de Olavo Lima efetivamente produz conhecimento, apesar do que me parece haver de discutível em muito das formulações dadas ao conhecimento produzido.

De novo, porém, o trabalho pretende ser mais do que uma contribuição ao conhecimento empírico da realidade política brasileira do período estudado – e as dificuldades que surgem por este lado são por certo bem maiores do que no caso de Campello de Souza. Com efeito, Lima sustenta que a literatura brasileira a respeito dos partidos tem seguido uma tradição sociológica em boa medida desprovida de inclinação “política” (p.7), e recomenda “introduzir aspectos políticos no estudo dos partidos e do sistema partidário” (p.8). As verificações empíricas feitas são vinculadas à adoção de uma postura que se caracterizaria não apenas por destacar os aspectos políticos, mas também por corresponder à perspectiva “internalista”, na designação que lhe dá o autor, segundo a qual

... um sistema partidário é analisado como um todo encerrado em si mesmo, o que quer dizer que se dá ênfase a suas feições internas e ao jogo que entre elas se processa. Numa palavra, salientam-se a dinâmica do sistema e suas tendências evolucionárias. Neste sentido, o sistema partidário é analisado independentemente de seus vínculos com a estrutura social subjacente e com o sistema político (p.11.)

Além disso, Lima atribui papel crucial na caracterização do que sua abordagem teria de específico à distinção entre a ideia de uma “racionalidade política invariante”, o apego à qual explicaria muito dos erros de diagnóstico a serem encontrados na literatura corrente sobre os partidos políticos, e a ideia de uma “racionalidade política contextual”: a partir do próprio título, seu trabalho situa como ponto central a revelação dos méritos desta racionalidade contextual, cuja operação no sistema multipartidário do período estudado ele procura mostrar.

Contudo, as proposições teóricas básicas de Olavo Lima apresentam grandes confusões, que comprometem seriamente o alcance que se pretende dar ao trabalho em termos teórico-metodológicos. Da mesma forma que

Wanderley Guilherme dos Santos, Lima tem como referência a literatura da *public choice* à qual sou em princípio simpático, como deixei claro anteriormente. Ocorre, porém, que a leitura que faz dessa literatura é com frequência imprópria. Sem maior preocupação de sistematicidade, tomemos alguns pontos, que creio terem todos a ver mais ou menos diretamente com essa questão.

1. Em primeiro lugar, a definição de uma perspectiva “internalista” e o alcance que se pretende dar à adoção dela. O que têm de contraditório e confuso as proposições do autor a respeito fica bastante evidente quando se confrontam, para começar, dois pontos: (a) o de que se afirma enfaticamente (p.13, por exemplo) não apenas que a perspectiva internalista se restringe às relações *internas ao sistema partidário*, mas também que, “portanto”, as variáveis e relações de que aí se trata “são essencialmente políticas”; e (b) o de que, na definição explícita da perspectiva internalista fornecida, como vimos acima, diz-se que o sistema partidário é analisado independentemente não apenas de seus vínculos com a estrutura social subjacente (o que corresponderia à tradição sociológica que Lima pretende corrigir ou complementar), mas também independentemente de seus vínculos *com o próprio sistema político* (p.11). É sem dúvida estranho que se proponha uma análise “essencialmente política” do sistema partidário, ou do que quer que seja, e que se comece por ignorar os vínculos do fenômeno estudado com o próprio sistema político, seja como for que se prefira definir “sistema político”. É claro, por outro lado, que tal proposta não pode ser senão abandonada no desdobrar da análise empírica, e não é de admirar, em consequência, que Lima se dedique a examinar, por exemplo, os impactos diferenciais da legislação eleitoral sobre o sistema partidário em diferentes níveis – legislação esta que não vejo como excluir de qualquer definição do sistema político (tanto mais se se quer destacar o aspecto institucional) e que não se poderia tomar como identificando-se com o sistema partidário mesmo (no interesse de salvar a coerência da adesão à “perspectiva internalista”) sob pena de comprometer de vez o significado e o alcance empírico da própria empresa que o autor se propõe a respeito: para repetir, o exame dos impactos *diferenciais* da legislação eleitoral sobre o sistema partidário em diferentes circunstâncias. Além disso, veja-se a seguinte passagem (p.20), onde Lima se dispõe a considerar as três características metodológicas básicas de seu trabalho e começa por redefinir a “perspectiva intrassistêmica”: “Por perspectiva intrassistêmica queremos

dizer que, embora nosso alvo analítico final seja o sistema partidário brasileiro, estaremos em busca de variações internas à nação e de desequilíbrios regionais”. Essa passagem sugere fortemente, em confronto com a estrita definição anterior da perspectiva internalista, certa fluidez relativamente à ideia de “sistema” e de “intrassistêmico”, diluindo-se a especificidade *analítica* do ponto de vista formulado anteriormente em favor da ênfase na confrontação (que não requer nem justifica maiores pretensões teórico-metodológicas) entre os níveis federal e regional ou estadual – ênfase esta que é efetivamente o que marca, em geral, o trabalho em exame.

2. Um ponto particular que ilustra a má leitura feita por Lima da literatura acima mencionada é a maneira como trata, a propósito do enfoque adotado, alguns autores que se destacam na literatura em questão. Veja-se a respeito especialmente o que se afirma (pp.12 e 13) sobre autores como Douglas Rae, Anthony Downs e William Riker, em particular a tentativa de distinguir diferentes “modelos de racionalidade” nos casos de Downs e de Riker.³ Tal tentativa é feita com base em afirmações como as seguintes: “No modelo de Downs, racionalidade significa a maximização do objetivo do partido, isto é, obter cargos. Na teoria de Riker, significa maximização tanto da obtenção de cargos quanto de benefícios eleitorais”. Ora, para começar isso envolve claras contradições com relação ao próprio texto de Lima: com respeito a Downs, por exemplo, lê-se (na mesma página 12) que “de sua definição do partido podemos inferir (formulação sem dúvida imprópria, pois Downs o afirma com todas as letras – FWR)⁴ que o principal objetivo de um partido é a maximização do apoio eleitoral”. Além disso, porém, e principalmente, a tentativa de distinguir modelos de racionalidade nesses termos não encontra qualquer fundamento no pensamento dos autores em questão, pois a noção de racionalidade tanto de Downs quanto de Riker – e, como vimos, a noção de racionalidade em geral – nada tem a ver com a natureza dos objetivos perseguidos, envolvendo apenas a ideia de ação orientada por um critério de eficiência na busca de quaisquer objetivos. Lima poderia no máximo pretender dizer que teríamos

³.Os textos mencionados são: Douglas W. Rae, *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press, 1967; Downs, *An Economic Theory of Democracy*; e William H. Riker, “The Number of Political Parties: A Reexamination of Duverger’s Law”, *Comparative Politics*, vol. 9, no.1, outubro de 1976, pp.93-106.

⁴.Veja-se, por exemplo, *An Economic Theory of Democracy*, p.35.

diferentes concepções do partido político e de seus objetivos, mas mesmo essa afirmação não se sustentaria nos termos em que (apesar das contradições indicadas) ele parece pretender propô-la, isto é, sustentando a tese de que o eleitorado estaria de alguma forma mais presente em Riker do que em Downs (o que estaria relacionado à opção pelo “conceito de racionalidade partidária” de Downs, visto na p.13 como “mais afim aos nossos propósitos”), pois Downs explicitamente inclui um eleitorado composto de eleitores racionais como um dos elementos cruciais de seu modelo, derivando dele vários desenvolvimentos da maior importância e relacionados, por exemplo, ao problema da incerteza, ao papel da ideologia etc.⁵

3. O anterior não pode deixar de ter consequências importantes para mais de um aspecto das análises realizadas por Olavo Lima. O primeiro e óbvio é a distinção entre “racionalidade política invariante” e “racionalidade política contextual”, a qual, sendo apresentada como algo central à tese, não resiste a exame um pouco mais detido. Com efeito, se a ideia de racionalidade como tal se refere à ação orientada por critérios de eficiência, ela necessariamente supõe a manipulação adequada dos meios oferecidos pelo ambiente com vistas à realização dos fins da ação. Por outras palavras, a racionalidade é necessariamente “contextual”, e a ideia de uma racionalidade política invariante é contraditória nos próprios termos. Isso não nega, naturalmente, o que pode haver de interesse em revelar que certa literatura dedicada aos partidos políticos brasileiros no período estudado tendia a ignorar a complexidade e a variedade das condições ou dos ambientes concretos em que os partidos políticos tinham de atuar se se tem em mente o contraste entre os níveis federal e regional, bem como a diversidade de condições regionais. Faz todo sentido, além disso, que alguém se proponha eventualmente a tarefa de avaliar os resultados da atuação partidária num período dado em termos de sua racionalidade, caso em que a racionalidade “global” ou “nacional” da atuação do partido terá necessariamente que ser vista como a resultante complexa da racionalidade de sua atuação em cada nível e da articulação entre as formas assumidas pela atuação nos diferentes níveis – ou seja, como a resultante do êxito (ou da racionalidade) com que a “contextualização” da atuação do partido em cada região ou mesmo localidade se insere no “contexto” global em que se

⁵.Ibid., especialmente capítulos 3 a 7.

desenvolve sua ação, da adequação com que os *objetivos* particulares ou localizados se ajustam como *meios* à estratégia global do partido. As análises que faz Lima a respeito, porém, passam inteiramente ao largo de tais problemas, e seus enunciados cruciais tendem a ser redundantes ou carentes de precisão ou consistência.

Assim, lê-se na página 20 que “Ao falar de *racionalidade* queremos apenas veicular a ideia de que as estratégias seguidas pelos diferentes partidos para sobreviver e crescer eram perfeitamente *racionais* em sua natureza” (grifos de FWR). Em seguida ao exame de dados relativos à formação de alianças partidárias (pp.96 e 97), a questão da racionalidade política contextual é retomada em passagem em que se trata de aproveitar uma ocasião julgada oportuna para, expressamente, “reapresentar nosso argumento básico” – o que é feito através da formulação de duas “regras” de comportamento partidário que se mostram reiterativas se tomadas uma em relação à outra e igualmente reiterativas – apesar de, por outro aspecto, contraditórias – relativamente a enunciados anteriores. Com efeito, as duas regras são: (1) “os partidos em competição, dada sua força local relativa, visavam a maximizar seu próprio apoio eleitoral”, o que é visto como o “lado positivo da racionalidade” (p.96); (2) “ganhar eleições significava não apenas maximizar o apoio eleitoral próprio, mas também minimizar o apoio eleitoral do principal adversário”, o que é apresentado como o “aspecto negativo” da racionalidade (pp.96-7). Deixando de lado o que as duas regras têm de redundante quando confrontadas uma com a outra e de contraditório com relação à preferência dada ao modelo de Downs por supostamente atribuir maior ênfase a “obter cargos” por contraste com expandir-se eleitoralmente, bem como a precariedade de se pretender transformar em critérios de racionalidade a mera estipulação de objetivos para a ação partidária nelas contida, é difícil ver, no nível de abstração em que se situam tais regras, como se poderiam apresentar de maneira diferente os objetivos da atuação partidária na escala não-local ou não-regional – ou não-”contextual”.

4. Finalmente, certa ramificação especial no uso feito por Lima da ideia de racionalidade permite apreciar o que é talvez uma forma extrema de se colocar o problema subjacente a toda esta discussão, isto é, o da relação entre o “sociológico” e o “político”, representando igualmente, parece-me, outra demonstração da leitura incorreta da literatura da *public*

choice anteriormente mencionada. Essa ramificação encontra-se enunciada nitidamente no mesmo contexto de avaliação geral de dados relativos ao problema das alianças partidárias (pp.94-5): “Dado o fato de que os partidos podem agora ser vistos não em termos de suas bases sociais, mas antes em termos de seus objetivos, podemos estabelecer uma segunda característica do comportamento partidário: ele era racional. O comportamento dos partidos era racional porque era orientado por fins (*goal-oriented*)”.

Essa passagem é duplamente interessante. Em primeiro lugar, a racionalidade da atuação partidária é aqui vinculada não a um tipo particular de objetivo, como anteriormente (conquista de postos governamentais, maximização de apoio eleitoral), mas ao simples fato de os partidos terem objetivos: o autor afirma peremptoriamente que “o comportamento dos partidos era racional porque era orientado por fins” – não obstante a frase seguinte a essa afirmação introduzir de novo referência ao objetivo de ampliar o apoio eleitoral como componente da estratégia específica dos partidos. Em segundo lugar – e este aspecto, em conjugação com o anterior, é que torna a passagem mais interessante do ponto de vista do problema geral –, Lima pretende claramente *contrastar* o fato de um partido ter fins ou objetivos, e ser portanto racional em seu comportamento, e o fato de ter bases sociais. O que há de absurdo nessa posição me parece patente – e no entanto corresponde ao cerne mesmo, talvez, da proposta do autor.

Há um sentido bastante claro em que a vinculação rígida de um partido a *determinadas* bases sociais pode ser contraposta a suas possibilidades de êxito eleitoral (e portanto a sua racionalidade *se definida em função de um objetivo de maximização de apoio eleitoral*): esse sentido é o de que a rigidez da referência às bases tende a envolver rigidez na postura ideológica do partido ou em seu apego aos fins ou objetivos propostos a seus eleitores ou seguidores, a qual, por sua vez, significará um obstáculo à participação *pragmática* no jogo eleitoral com vistas, pura e simplesmente, a ganhar eleições. É este certamente o núcleo válido das proposições centrais de Lima, as quais encerram, através de formulações tortuosas e equívocas, uma espécie de “elogio do pragmatismo” que seria perfeitamente aceitável, em termos, como forma de ajudar a dar conta de certos matizes da atuação dos partidos brasileiros no período estudado. Contudo, as proposições de Lima são simplesmente *demasiado* equívocas, e

ficam sem solução ou mesmo menção em seu trabalho toda uma série interminável de dificuldades. Algumas indicações breves:

– Note-se que uma postura pragmática de parte dos partidos exigiria precisamente *confundir* ou *diluir* os fins do partido para que ele pudesse pretender contar com o apoio de determinados eleitores que supostamente aprovam certos fins, mas não outros. Nesse sentido, portanto, o partido precisaria ser o oposto de *goal-oriented* para ser racional na acepção de pragmático (o que seria compatível com certas proposições de Lima no sentido de o único objetivo do partido ser conquistar postos ou ganhar eleições – deixando de lado o problema, que transparece nas próprias formulações do autor, de até que ponto essas duas coisas podem ser vistas como um único objetivo). Mas note-se também – e isto é crucial – que essa confusão ou diluição dos fins (ideológicos) do partido só seria recompensadora eleitoralmente até o ponto em que não resultasse em comprometer o apoio numericamente mais importante que lhe advém de outros eleitores – de suas *bases*, precisamente, na suposição (contrabandeada da tradição sociológica que o autor rechaça) de que não seja totalmente casual, socialmente falando, a identificação partido-eleitor. Nesse sentido, o partido tem de ser em alguma medida *goal-oriented para* preservar suas bases, e não há o contraste que Lima estabelece entre bases, de um lado, e fins e racionalidade, de outro.

– Note-se ainda que a própria literatura que provê a inspiração mais direta do autor (Downs em particular) dedica-se a discutir longamente as relações complexas entre os fins dos partidos no sentido ideológico de que se falou acima e sua atuação maximizante em termos eleitorais, discussão da qual emerge, entre outras nuances, uma proposição que poderia ser formulada em termos de que os partidos, em alguma medida, têm de ser ideológicos para serem pragmáticos.⁶ Uma dimensão relevante quanto a isso é a correspondente à perspectiva de tempo relativamente a partidos e eleitores, que é tratada por Downs sem ser discutida adequadamente por Lima, apesar da ênfase que este pretende dar aos aspectos de espaço e tempo. Assim, como diz Downs referindo-se ao eleitor, “Se ele é um eleitor orientado para o futuro, ele pode votar por seu partido favorito, mesmo se este parece não ter chance de ganhar, a fim de melhorar suas próprias

⁶.Ibid., capítulo 7.

alternativas em eleições futuras”: assegurar o voto desse tipo de eleitor naturalmente exigiria do partido maior consistência ideológica.⁷ De sua parte, naturalmente, os próprios partidos podem ser *future-oriented*, caso em que sua estratégia envolverá considerações afins à do eleitor de que trata a citação de Downs, e pretender avaliar a racionalidade de sua atuação em função do grau em que ela maximiza seu apoio eleitoral em determinada eleição, ou mesmo em determinada série de eleições, significaria atribuir ao partido fins que *não* são os dele. Partidos de orientação revolucionária cujas mensagens se dirigem a determinados setores da população estariam fadados, nessa perspectiva, a serem necessariamente tratados como irracionais, o que não se ajusta à evidência de êxito de sua ação em certos casos.

Em síntese, mesmo um Downs é muito mais sociológico do que parece pretender Lima – donde as reservas de que procurei fazer acompanhar, nas discussões da segunda parte deste trabalho, as formulações que atribuem certo tipo de abstrações à literatura da *public choice* em geral. E o próprio Lima não pode senão ser mais sociológico do que pretende no que se refere aos aspectos empíricos de seu trabalho e a suas conclusões. É certo, por um lado, que seus dados contêm diversas indicações da validade de uma abordagem mais sociológica que não merecem qualquer discussão dele: veja-se, por exemplo, quanto aos dados relativos às bancadas estaduais eleitas para a Câmara dos Deputados (tabela 44, p.196), a evidente correlação entre o número de partidos efetivos e o grau de desenvolvimento socioeconômico dos estados brasileiros. Por outro lado, contudo, algumas formulações encontradas nas conclusões do trabalho indicam bastante bem as dificuldades que o autor encontra para ser fiel, na apreciação de seus resultados empíricos, à abordagem proposta. Assim, no capítulo VI, dedicado às relações entre “racionalidade contextual, competição eleitoral e os subsistemas partidários brasileiros”, lê-se que “As preferências eleitorais não se distribuíam ao acaso; de fato, dependem da estrutura partidária existente, não importa se os partidos disputavam eleições individualmente ou através de alianças” (p.210). Isso é imediatamente seguido pela afirmação de que “o comportamento partidário e o nível organizacional dos partidos dependiam das condições locais de disputa, e estas incluíam o conhecimento do comportamento prévio do

⁷.Ibid., p.50.

eleitorado” (idem). A primeira parte dessa dupla proposição envolve claramente uma visão da direção das determinações entre preferências eleitorais e estrutura partidária que, no que tem de “antissociológico”, pareceria coerente com a proposta básica de Lima – embora não me pareça estar substantiada, nesses termos, pelos dados que se manipulam na tese. A segunda parte, porém, inverte de maneira igualmente clara aquela direção, envolvendo a corroboração de um modelo “sociológico” de abordagem que se diria contrariar muito do que se propõe como a postura teórico-metodológica própria da tese.

* * *

Tenho menos a dizer a respeito da tese de Wanderley Guilherme dos Santos, a qual me parece menos problemática quanto às questões principais que me interessam nestes comentários. As formulações de cunho metodológico de Santos em geral procuram ser cautelosas e matizadas, indicando a necessidade de complementar o paradigma clássico de análise social e política vigente no Brasil, onde se destacam processos socioeconômicos, com a devida atenção aos processos e variáveis mais estritamente políticos. Assim, lemos (p.VI) que, “Sem negar a relevância de tais categorias amplas (relativas às tendências sociais e econômicas – FWR), sustentaremos que uma estratégia que olha os processos políticos como variáveis independentes é capaz de dirigir nossa atenção para tendências empíricas importantes de que seria impossível dar conta de outra forma”. Ou (p.2): “O ponto mais importante a destacar é a necessidade de se terem variáveis políticas, ademais de sociais e econômicas, incorporadas ao diagnóstico a fim de se alcançar uma explicação mais plausível para a crise de 1964”. Ocupando-se do processo que leva à derrocada do governo João Goulart e ao movimento político-militar de 1964, Santos parte de observações – que evidentemente situam problemas de interesse para a análise – tais como a de que basicamente os mesmos processos socioeconômicos se achavam em operação tanto no momento em que foi possível a Goulart frustrar ao menos parcialmente a tentativa de impedir sua posse quanto, apenas alguns anos depois, no momento da queda de seu governo; ou tanto durante o “estável” governo de Kubitschek quanto durante o período de Goulart, caracterizado por hiperinstabilidade, paralisia e crise final. É inegável a qualidade do trabalho que faz Wanderley dos Santos na tentativa de responder à indagação básica aí situada, buscando-a

na dinâmica do jogo partidário ao nível parlamentar, nas hipóteses de fragmentação, polarização e impossibilidade de constituir coalizão capaz de governar, a instabilidade consequente, as permanentes reformulações ministeriais e a transformação de todo o aparato do estado em objeto de barganha política etc. – hipóteses que são examinadas e discutidas através da análise criativa e esclarecedora de dados de diversos tipos. Ressalte-se ainda, como se dá com a tese de Olavo Lima Júnior, a tentativa de trabalhar segundo os padrões logicamente rigorosos e “proposicionais” ou afirmativos próprios da literatura da *public choice*.

Contudo, o trabalho de Santos não está a salvo de problemas afins aos que procurei apontar nos textos de Campello de Souza e Olavo Lima Júnior, e que se poderiam reapresentar aqui nos seguintes termos: (a) a indagação de até que ponto o verdadeiro problema envolvido pode ser adequadamente formulado em termos de um contraste entre, de um lado, dimensões sociais, econômicas etc. e, de outro, uma dimensão propriamente “política” – formulação esta que Santos certamente compartilha com os demais; (b) a ocorrência de certo viés na análise *empírica* dos problemas que me parece resultar da colocação da questão geral naqueles termos e que transparece também bastante claramente em Santos.

Vimos antes algumas citações em que se nota um claro contraste entre o “político” e, digamos para abreviar, o “socioeconômico”. Para melhor colocar em foco a questão geral, entretanto, o seguinte enunciado (que aparece nas páginas 13 e 14) parece especialmente adequado: “A principal premissa, portanto, da presente pesquisa é esta: os conflitos sociais e econômicos atuam sobre a *polity* através da mediação da estrutura da competição política. É a estrutura do conflito político em si que finalmente conta para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo”. As perguntas básicas e simples que ocorrem, e que necessitam sem dúvida ser enfrentadas diante das confusões encontradas nas tentativas por diversos aspectos saudáveis de recuperar o “político”, são as seguintes: que é *realmente* um conflito político, por oposição a um conflito social ou econômico? que é *realmente* a *polity*, por oposição à sociedade? que é *realmente* o político, afinal?

É curioso e revelador, como se indicou acima, que nenhum dos trabalhos aqui discutidos, em que tanta ênfase se dá ao problema das relações entre o político e o resto, se proponha esclarecer essas perguntas no

plano conceitual. Em todos eles há a suposição de que se trata de algo claro e não passível de discussão: a esfera do político tem a ver com a esfera de certas instituições tais como os partidos, o parlamento, o poder executivo. E o problema que se apresenta é o de apreender de maneira adequada a forma pela qual essa esfera se articula com a esfera do “socioeconômico”: ela será talvez determinada por esta última, mas tem também certa dinâmica própria e eventualmente terá certo papel determinante mesmo diante do socioeconômico ou do processo global.

Se se parte do problema posto em tais termos, uma forma de procurar responder às perguntas acima que deriva dos trabalhos examinados, incluído o de Santos, é, naturalmente, a de que o político é a esfera do institucional. O problema com essa resposta é que há instituições que aparentemente não se ajustam à delimitação do âmbito do político que parece ser a pretendida na perspectiva que os trabalhos examinados compartilham: uma empresa, por exemplo, é naturalmente uma instituição, mas pertenceria antes ao plano “socioeconômico”. Tratar-se-ia então, alternativamente, de instituições que regulam ou processam o conflito *político*. Mas ocorre que não sabemos ainda o que seja conflito político, já que a definição do político pelo institucional, tal como recém-proposta, não serve, e definir as instituições políticas pelo “político” seria cair num círculo vicioso e vazio. Que fazer?

Creio que a perspectiva compartilhada nos estudos discutidos (e sua expressão, para particularizar, na premissa constante do enunciado destacado de Santos) tem um aspecto muito positivo que consiste precisamente em salientar a relevância do problema institucional para o problema político em geral. Por outras palavras, como vimos antes, a questão central que se coloca na convivência política é precisamente a de se encontrarem canais organizacionais e institucionais para o processamento dos conflitos – mas, acrescento, de *qualquer* conflito, de acordo com a ligação estabelecida entre o político e o caráter “abstrato” da intencionalidade própria da ação ou interação estratégica. Assim, o direito de voto para os analfabetos é um assunto político porque envolve conflito real ou potencial; mas o mesmo se pode dizer da reforma agrária, da política salarial das empresas, do fato de se ser católico ou protestante etc. etc.

Isso tem certa aparência inevitavelmente banal. Mas se tudo o que se disse anteriormente nestes comentários não foi suficiente para mostrar as confusões que ocorrem a respeito e suas consequências negativas, tomemos de novo a premissa de Santos: “os conflitos sociais e econômicos atuam sobre a *polity* através da mediação da estrutura de competição política”; e a estrutura do conflito político em si que finalmente conta para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo”. Como se relacionaria tal premissa com a noção de uma sociedade *pretoriana*, que encerra precisamente a ideia da *precariedade* do nível político-institucional e, na expressão de um Huntington, da “politização” direta (isto é, da manifestação não institucional ou institucionalizada) dos conflitos sociais de todo tipo, e que significa, portanto, que *falta* precisamente a mediação que Santos salienta? Isso permite, por um lado, ponderar que tais conflitos não deixam de ser políticos pela precariedade da mediação institucional. Mas permite também, por outro lado, reiterar de forma diferente o que se disse acima, ou seja, que a questão básica é exatamente a de erigir a estrutura de mediação capaz de processar conflitos que ganhem suficiente relevância, independentemente de sua natureza intrínseca. E parte fundamental da explicação de muitos processos concretos, incluído o processo brasileiro da atualidade, tem a ver com o fato de que essa estrutura de mediação não se encontra consolidada, ou é incapaz de ajustar-se automaticamente (isto é, por meio dos recursos previstos no próprio aparato institucional) aos conflitos novos de todos os tipos que resultam da transformação da sociedade – e que se tornam propriamente políticos precisamente na medida em que a relevância que ganham faz em princípio necessário que a estrutura institucional de mediação venha a ajustar-se a eles e a ser capaz de incorporá-los e processá-los. Ou a alternativa será a utilização “instrumental” ou “estratégica” do próprio estado como *participante* nos conflitos.

Sem dúvida, Santos está consciente dos aspectos mais substanciais de tal problema. E é claro que examinar inteligentemente, como faz ele, o que se passa no nível de certa aparelhagem institucional em princípio destinadas a realizar a mediação é algo que contribui para esclarecê-lo. Mas colocar as questões em termos de contraste entre o “político” e o “socioeconômico” não só não ajuda em nada, como também envolve um erro de ótica que tem consequências substantivas.

Por exemplo, tome-se a “estabilidade” do governo Kubitschek, por contraste com a instabilidade do governo Goulart. É bastante claro que o primeiro aparece como estável *a posteriori*, como resultado precisamente da comparação sobretudo com períodos posteriores. Isso não permite esquecer, porém, que a legitimidade do governo JK foi radicalmente contestada durante o próprio mandato de Juscelino, e que as articulações golpistas foram um fantasma que esteve presente desde o começo (vide os acontecimentos de novembro de 1955). O que se sugere aqui é que se trata de uma crise institucional durante *todo* o tempo (durante todo o período de 1945 a 1964, para tomar um marco frequente nos trabalhos discutidos) – e que isso, com o que sugere quanto a uma forma complexa e basicamente precária de se articularem o nível da base social dos conflitos de todo tipo e o nível das instituições destinadas a processá-los, é a chave maior do problema geral. Naturalmente, essa crise institucional se agrava com o passar do tempo, chegando ao ponto de fragmentação e da polarização parlamentar, da paralisia de decisões etc. Mas esse ponto, como os próprios dados de Santos mostram e ele não deixa de registrar (veja-se, por exemplo, a página 85, onde o que se passa no Congresso é expressamente vinculado ao que se passa no sistema como um todo; ou a tabela IV-6 na página 113, onde o que se observa de mais nítido é o crescimento parlamentar dos partidos de esquerda, o que tem um óbvio substrato social), se alcança no momento em que os conflitos sociais em geral ameaçam ter consequências no plano institucional e desdobrar-se, a partir daí, em consequências de certa natureza no próprio plano estrutural dos interesses sociais em confronto. O que não é de forma alguma incompatível com a admissão de que o jogo no nível estritamente institucional tem certa “autonomia” (ou seja, o nível político-institucional é ele próprio um *contexto* especial de confrontações estratégicas) e admite idas e vindas, como as que se observam com o próprio Goulart entre 1961 e 1964.

Contudo, a distorção de ótica induzida pela falta de uma conceituação adequada do “político” transparece mais claramente em pelo menos um par de pontos específicos do trabalho de Santos. Refiro-me a certos argumentos que ele dedica às resistências opostas às propostas de mudança constitucional durante o governo Goulart, que são retomados em suas conclusões (pp.232-3 e 235). O que tais argumentos sustentam é que a oposição às emendas de conteúdo social mais “radical” se deveu simplesmente ao temor de que tais mudanças pudessem “abrir a porta a

outras alterações menos desejáveis” (p.233), ou seja, a emendas de objetivos prorrogacionistas relativamente ao mandato de Goulart. Com relação aos militares, especificamente, Santos sustenta (tendo em mente, como é bem claro, a mesma questão das intenções prorrogacionistas) que “o que de fato contou foi a crença, entre os líderes militares, de que o presidente não agia de boa fé nas questões constitucionais” (p.235) – o que contém, naturalmente, a implicação de que se os militares estivessem seguros de que Goulart agia de boa fé, pretendendo realmente fazer reformas radicais em nome dos interesses do povo brasileiro, tudo estaria bem. O conteúdo *social* dos *issues* constitucionais não conta: o que importa é o nível “político”. Desnecessário salientar a pobreza da concepção de política que aí se encerra – e como a riqueza *real* das análises gerais de Santos no trabalho em questão se ajusta bem à perspectiva proposta em nossa discussão anterior.